

Assembleia da Adusp de 2/12 repudia contratações precárias

A Assembleia Geral (AG) da Adusp realizada em 2/12 no Auditório da Geografia decidiu encaminhar à Reitoria e ao Conselho Universitário o manifesto “Pela valorização do RDIDP, não à contratação precária”, bem como implementar, já no início de 2016, “ações contra a não reposição permanente de docentes e técnico-administrativos e em defesa do RDIDP como regime preferencial da carreira docente”.

No manifesto, a AG expressa sua “discordância da política adotada pela Reitoria de reposição de quadros permanentes, em virtude de aposentadorias e demissões, por docentes contratados em caráter temporário”. Tal procedimento, avalia, remete a práticas de precarização do trabalho docente que se julgava estarem superadas na USP. “O relato de vários departamentos sobre a contratação sistemática de docentes temporários, em jornada de 12 horas, com salários de R\$ 1.245,44 (mestre) e de R\$ 1.741,99 (doutor), para atender necessidades permanentes, evidenciam a realidade desta ‘nova’ forma de reposição de quadros docentes”.

O documento lembra que, fruto de vários anos de mobilização de docentes, funcionários técnico-administrativos e estudantes, em 2005, durante a gestão do reitor Adolpho Melfi, a USP decidiu que o ingresso na instituição ocorreria exclusivamente por concursos públicos, encerrando a política de contratos precários. “A Reitoria parece apostar no retorno à contratação de docentes apenas por meio de processos seletivos, em uma condição de maior precariedade e controle por parte da Administração Central”.

“Essa postura revela uma ação mais abrangente de desvalorização e precarização do trabalho docente, visando a impor um modelo de atuação centrado na execução de tarefas, que resulta no descompromisso com a análise crítica da Universidade e na ausência de um debate efetivo sobre suas missões e objetivos”. A ínte-

gra do manifesto está disponível em <http://goo.gl/TbME8k>.

Ocupações. A AG também aprovou uma moção de apoio às ocupações das escolas públicas estaduais pelos estudantes em luta contra a “reorganização” da rede estadual de ensino imposta pelo governo Alckmin, uma reestruturação que se limita “a uma separação compulsória de gerações, com vistas apenas a economizar recursos, ignorando a precariedade das condições de salário e trabalho a que docentes

e funcionários estão submetidos e a total falta de infraestrutura das escolas da rede pública estadual”.

HU. Uma moção de repúdio a “qualquer nova tentativa da Reitoria de desvincular o HU da USP” e de “apoio a todos que se empenham na defesa desse hospital e na manutenção de seu vínculo como órgão complementar da USP, face à relevância das atividades de ensino, pesquisa e extensão e do atendimento de saúde ali promovidos”, foi também aprovada pela AG.

Andes-SN. Foi eleita na AG a delegação da Adusp ao 35º Congresso do Andes-SN, a realizar-se de 25 a 30/1/16, em Curitiba (PR). Ela é constituída por Adrián Fanjul (FFLCH), Annie Hsiou (FFCLRP), Arsenio Peres (FOB), César de Freitas (FOB), Everaldo Andrade (FFLCH), Lighia Horodyski-Matsushigue (IF), Lilian Gregory (FMVZ), Manoel Fernandes (FFLCH), Maria de Fátima Simões (FE), Sean Purdy (FFLCH), Sérgio Souto (FZEA) e Adriana Tufaile (EACH, delegada da diretoria).

Docentes de departamento do IME apontam redução do quadro e sobrecarga de trabalho

Uma carta enviada à comunidade acadêmica pelos docentes do Departamento de Matemática (MAT) do Instituto de Matemática e Estatística da USP (IME) denuncia a grave insuficiência de professores. Intitulada “Solicitação de claros docentes para o Departamento de Matemática do IME-USP”, o documento revela que o MAT, atualmente com 85 professores, tem cinco pedidos de aposentadoria em andamento e, com isso, deve iniciar o ano letivo de 2016 com apenas 80 docentes.

O dossiê apresenta um histórico do drástico processo de redução no quadro de docentes em atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão no departamento. Em 1990, o MAT contava com 110 docentes, sendo que a redução do número de professores “foi acompanhada de uma significativa expansão de cursos e de um considerável aumento do número de alunos de graduação e pós-graduação”.

Assim, houve expressivo aumento de estudantes por turma, disciplinas foram canceladas e houve desestímulo às atividades de extensão, como as do Centro de Aperfeiçoamento do Ensino de Matemática “João Affonso Pascarelli” (CAEM), que oferece

cursos para professores de educação infantil e dos ensinoss fundamental e médio.

O dossiê inclui minuciosa análise do departamento — que “evidencia a sobrecarga de trabalho em diversos quesitos da carreira docente como orientações, carga didática em sala de aula e atividades administrativas” e fundamenta as solicitações de “reposição emergencial” de docentes em RDIDP, correspondentes às aposentadorias e rescisões, à expansão de vagas na Escola Politécnica (unidade na qual o MAT também atua), à implementação do Mestrado Profissional, e ao estabelecimento de um plano para adequar o quadro docente do departamento à crescente demanda de cursos e programas de pós-graduação. Caso tais solicitações não sejam respondidas, segundo o documento, até 2017 o número de docentes deve cair para 65.

“Pressão enorme”. Para Ivan Struchiner, docente do MAT, a rotina está sendo “extremamente prejudicada” pela falta de docentes: “Estamos sobrecarregados. Alguns estão orientando mais de sete alunos de pós-graduação e iniciação científica, ministrando muitas aulas com salas abarrotadas

de alunos”. Ele aponta que “uma pressão enorme” vem sendo exercida sobre os docentes para produzir artigos, “sob o risco de ver prorrogado o estágio probatório, ou mesmo revogado o contrato em RDIDP”. Vê seus colegas de trabalho “cansados e estressados, e sem condições de dar a devida atenção aos estudantes e a atividades de pesquisa e extensão”.

Artur Tomita, chefe do MAT, comenta que vários docentes se sentem “sobrecarregados para poder manter a qualidade de suas aulas, de pesquisa, administração e extensão”. Se isso não melhorar, diz, “provavelmente a qualidade dos serviços acabará piorando em virtude de estresse” e haverá o risco de “perdermos bons pesquisadores para outras instituições”.

O professor Daciberg Gonçalves lamentou a eventual destruição de “um trabalho de qualidade em todas as áreas de atuação dos objetivos-fim deste departamento”. Há, de fato, falta de docentes no MAT, reconhece o professor Clodoaldo Ragazzo, diretor do IME. “Mas, na minha opinião, muito mais preocupante do que isso é o número de prováveis aposentadorias a curto prazo, que podem reduzir consideravelmente o corpo docente”.

Mais de 200 convidados comparecem, e alegria toma conta da festa de fim de ano da Adusp

Fotos: Daniel Garcia

Em clima de muita animação, mais de 200 pessoas compareceram à festa de fim de ano da Adusp, na sexta-feira, 4/12. O número superou a presença registrada nas edições anteriores. Os docentes e seus convidados foram recebidos em um espaço de dois ambientes, onde variadas opções de jantar e bebidas foram oferecidas.

Após o jantar, muitos convidados dançaram animadamente, enquanto outros preferiram colocar a conversa em dia nas mesas ou nas áreas externas.

O programa musical da Banda Mandau, grupo que costumeiramente toca nas festas anuais da Adusp, incluía versões dos sucessos nacionais e internacionais.

Dadas as restrições da Reitoria à realização de festas e ao uso de bebida alcoólica nos campi da USP, o evento ocorreu fora das dependências da universidade, num local próximo ao Portão 1 do campus do Butantã. Mas isso não impediu o sucesso da confraternização.



Balanço da Tesouraria – nov/14 a out/15

A tabela a seguir resume as receitas e os gastos da Adusp nos últimos doze meses. A “Contribuição Líquida” é o destinado mensalmente ao caixa da Adusp após os repasses ao Andes-SN, do qual a Adusp é uma Seção Sindical. “Receitas Variáveis” são principalmente rendimentos financeiros e reembolsos. “Despesas Totais” são todos os gastos, aqui destacamos os mais significativos: “Salários e Encargos”, “Comunicação”, “Eventos e Campanhas” e “Contratos”, estes últimos se referem a pagamentos a escritórios de contabilidade e de advocacia e estagiário de jornalismo. Em “Comunicação” estão a confecção da revista ADUSP e a impressão do Informativo. Em relação aos balanços anteriores, o saldo do fundo originado da doação dos associados que receberam da Ação do Gatilho foi somado ao fundo de reserva e somado aos saldos das contas correntes, soma que chamamos de “Reservas”. Valores em reais.

Mês	Contribuição Líquida (1)	Receitas Variáveis	Despesas Totais	Salários e Encargos (2)	Comunicação	Eventos e Campanhas	Contratos (3)	Reservas
11/2014	224.445,79	9.050,07	214.388,58	142.629,15	23.544,29	13.947,38	12.932,99	1.083.642,80
12/2014	223.353,07	10.136,81	326.093,57	228.370,36	34.893,62	34.608,09	14.296,03	995.612,84
01/2015	231.628,79	9.093,39	244.620,04	159.706,63	17.654,81	29.972,46	17.353,71	996.275,55
02/2015	229.952,42	7.816,00	182.483,12	136.952,53	8.811,85	10.635,00	12.840,22	1.056.230,95
03/2015	229.489,56	9.965,26	231.951,15	163.880,54	18.903,89	16.819,60	14.450,59	1.068.421,86
04/2015	229.869,33	9.192,51	219.035,70	125.137,89	39.575,85	11.753,91	23.184,93	1.093.128,80
05/2015	231.638,44	10.015,55	258.567,68	146.894,68	32.437,07	47.186,08	11.022,76	1.080.903,06
06/2015	244.439,33	19.199,03	330.010,44	226.929,52	44.730,67	12.903,72	14.560,98	1.019.247,60
07/2015	244.710,63	11.317,78	220.461,71	131.965,85	21.397,38	2.469,49	38.606,99	1.059.742,38
08/2015	243.715,04	11.138,47	241.849,16	148.033,90	25.702,31	9.418,10	26.048,84	1.077.724,09
09/2015	244.099,90	12.502,80	252.440,09	164.040,25	20.493,16	12.158,67	14.079,74	1.086.859,51
10/2015	243.947,35	11.120,44	293.594,29	139.815,02	31.152,26	21.359,67	80.064,19	1.053.311,73
Total do período	2.821.289,65	130.548,11	3.015.495,53	1.914.356,32	319.297,16	223.232,17	279.441,97	

(1) Dos salários referência (e não do bruto) é descontado 1% de contribuição sindical. A contribuição líquida da Adusp corresponde a 78,4% desta contribuição sindical, face o repasse para o Andes-SN de 21,6% do total desta contribuição.

(2) Os funcionários da ADUSP são regidos pela CLT: as variações decorrem, entre outros motivos, de adiantamentos de férias, que são descontados no mês seguinte (vide, por exemplo, junho e julho).

(3) Em abril de 2015, pagamos R\$ 10 mil para escritório de advocacia referente à defesa dos jornalistas da Revista Adusp, processados em decorrência de matéria na revista nº 54. Em julho, agosto e outubro de 2015, foram pagas as parcelas previstas no contrato com o perito contábil, que fará tratamento e cálculos dos direitos individuais de cada beneficiário na ação judicial da URV.

PLC 77/15 faz avançar agenda privatizante e constitui retrocesso em ciência e tecnologia

O Senado Federal está prestes a votar o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 77/15, conhecido como Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e já aprovado na casa de origem. O PLC propugna a criação de entidades denominadas “Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação” (ICTs), os quais terão o estatuto jurídico de “Organizações Sociais” (OS) e poderão, a título do desenvolvimento de atividades de pesquisa, receber recursos públicos para cobrir suas despesas, contar com pesquisadores pagos com recursos públicos e utilizar infraestrutura pública, nos moldes do que as fundações ditas “de apoio” já praticam.

Em 3/11/2015, na Unicamp, realizou-se o debate intitulado “As ameaças do PLC 77/15 às instituições públicas de ensino e de pesquisa”, por iniciativa conjunta da Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo (APqC), da seção de Campinas e Jaguariúna do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento (Sinpaf), da Adunicamp e do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU).

Como resultado, foi elaborada a Carta de Campinas, assinada pelas entidades organizadoras, segundo a qual “o PLC 77/15 desfecha ataque frontal às instituições públicas de ensino superior e de pesquisa e representa grave ameaça aos interesses da maioria da sociedade brasileira, em favor da lógica privatizante”. Na avaliação dos participantes, o PLC 77/15 “foi urdido com a participação do alto clero da comunidade de pesquisadores brasileiros, os ‘acadêmicos empreendedores’, que somam forças com empresas privadas na busca de flexibilização do Complexo Público de Ensino Superior e de Pesquisa Brasileiro, com o objetivo de se apropriarem de maior parcela dos recursos públicos gastos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)”.

A Carta lembra que a sociedade “vivencia uma agenda regressiva no plano político que se expressa, por exemplo, num conjunto de projetos de lei, emendas constitucionais e medidas provisórias que atacam os direitos sociais”, incluindo a imposição de agendas privatizantes do ensino superior e da pesquisa pública brasileira, por meio de instrumentos como o citado Código.

“O projeto exigiu mudanças no arcabouço conceitual da Constituição Federal, o que se materializou por meio da Emenda Constitucional [EC] 85/15”, explica o documento. “Em face do grave retrocesso que o referido Código representa, entidades representativas de setores dedicados ao ensino superior e à pesquisa mobilizam-se com o fim de garantir a participação e controle da sociedade na produção e apropriação do conhecimento científico e tecnológico”.

ICTs = OS. Ainda segundo o documento, “As ICTs poderão: i) receber recursos públicos de todos os entes federados e fundações de apoio para a cobertura de todas as suas despesas; e ii) usufruir de recursos humanos especializados (pesquisadores) pagos com recursos públicos; iii) utilizar infraestrutura pública”.

Por isso, se vier a ser aprovado, “o PLC 77/15 implicará mudanças regressivas no Complexo Público de Ensino Superior e de Pesquisa Brasileiro”, destacando-se o “aumento da sangria do fundo público para empresas privadas e a substituição de instituições públicas (estatais) de pesquisa por OS, apontando para drástica diminuição de concursos públicos para a carreira de professores universitários e pesquisadores”, bem como o fato de que “professores universitários e pesquisadores das instituições públicas (estatais) assumirão funções de diretores-presidentes de OS que desenvolvam atividades de

pesquisa e inovação tecnológica, auferindo remuneração e/ou rendimentos pelas atividades desenvolvidas no setor público e privado”, o que impactará negativamente o regime de trabalho de dedicação exclusiva nas instituições públicas de ensino superior.

Uma vez que professores e pesquisadores financiados com recursos públicos atuarão dentro de empresas, isso poderá acarretar “relativo crescimento das atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) como estratégia inovativa tendo em vista a competitividade no mercado”, ao passo que “o gasto total em P&D no Brasil vai continuar o mesmo ou poderá decair”, porque o Estado tende a manter ou ampliar seus gastos, ao passo que “as empresas tenderão a diminuir os gastos que poderão ter acesso aos recursos estatais (financeiros e de pessoal)”.

Por outro lado, o número de patentes registradas pelas universidades públicas tende a cair, pois o registro passará a ser feito em nome dos pesquisadores envolvidos no processo e das OS a que eles estarão ligados. “A fonte dos recursos financeiros para a manutenção dos registros continuará a mesma, ou seja, os cofres públicos, enquanto a apropriação dos benefícios será privada”.

Bresser. Os traços acima referidos, lembra a Carta, “não são nada mais que a materialização da Reforma do Estado proposta por Bresser Pereira nos anos 1990”, segundo a qual a oferta de serviços

sociais e científicos deveria ser feita por OS, cuja propriedade seria considerada pública não-estatal.

Salienta, ainda, que o PLC 77/15 fere o princípio constitucional de publicidade e acesso público ao conhecimento gerado pelas instituições públicas de ciência e tecnologia: “Com sua aprovação, o Estado vai ser ‘sequestrado’ pelos interesses privados, sendo os recursos governamentais apropriados por interesses particulares”.

O documento conclui com um chamado à mobilização contra o PLC 77/15, que inclui medidas como a realização de consultas jurídicas quanto à constitucionalidade e às inconsistências jurídicas da EC 85/15 e do próprio projeto, e o estímulo e a ampliação do debate público junto aos movimentos sociais para que se juntem à luta contra o projeto no âmbito local e nacional, com a perspectiva de formar uma frente nacional.

No tocante ao Senado Federal, propõe contatos com os membros da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal, de modo a contestar o PLC 77/15; solicitação de uma audiência pública em caráter urgente; e participação na enquete eletrônica disponibilizada na página <http://goo.gl/Ozpa9q>, com manifestação de posição contrária ao projeto. Sugere, ainda: “Garantir que a matéria seja votada, no Senado, em regime de destaque. Assim poderá ser apresentado o contraditório e ampliar o debate acerca do tema”.

MPE apura danos e manejo inadequado da floresta da USP de Ribeirão Preto

O promotor público Luiz Henrique Paccagnella, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (Gaema) do Ministério Público Estadual (MPE), instaurou em 27/10 o inquérito civil 154/15, “a fim de apurar eventuais prejuízos ao meio ambiente, a respeito de suposto manejo inadequado de remanescente florestal sito no campus da Universidade de São Paulo, em Ribeirão Preto”.

A instauração de inquérito atende a uma representação encaminhada ao Gaema-Núcleo

Pardo pelo Centro de Estudantes de Biologia da FFCLRP (CEB), Adusp Regional Ribeirão Preto e Sintusp Regional Ribeirão Preto, endossada por um abaixo-assinado com 3.960 assinaturas, que pede a manutenção e recuperação da floresta da USP.

Na respectiva portaria, Paccagnella observa que “é o caso de apuração dos fatos, visando avaliar as condições ambientais em tal área”, para necessidade de “eventual ação civil pública quanto à prevenção de danos ambientais no local em causa,

em especial no tocante à eventual caracterização da mencionada ‘Floresta da USP’ como unidade de conservação, tendo em vista o disposto no artigo 55 da lei federal 9.985/00”, que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), “e no decreto federal 4.340/02, no tocante à gestão universitária estadual do remanescente florestal em questão”.

A portaria de instauração prevê que a Prefeitura do campus de Ribeirão Preto seja oficiada para prestar informações.

Alckmin recua e suspende reorganização das escolas em 2016. Voorwald demite-se

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), anunciou em 4/12 a suspensão da “reorganização” escolar em ciclos de ensino. O anúncio foi feito em coletiva no Palácio dos Bandeirantes. O secretário de Educação, Herman Voorwald, apresentou pedido de demissão, aceito por Alckmin. Segundo reportagem veiculada no portal *Estadão*, a saída decorre da avaliação de que Voorwald não soube conduzir a discussão do projeto, que “acabou se transformando no maior desgaste político do governador em 2015” (<http://goo.gl/WMcqQr>).

Alckmin afirmou que os estudantes continuarão nas escolas em que já estudam, e que os debates sobre a reorganização ocorrerão em 2016: “Recebi e respeito a mensagem dos estudantes e seus familiares em relação à reorganização. Por isso decidimos adiar a reorganização e rediscuti-la escola por escola”.

A verdade, porém, é que o recuo do governador se deu após a repercussão extremamente nega-

tiva dos diversos episódios em que a PM usou de violência contra os protestos dos estudantes. Pesquisa do Instituto Datafolha divulgada em 4/12 aponta expressiva (e inédita) queda de popularidade de Alckmin (<http://goo.gl/OWFYc>).

Vinte dias após início das ocupações, o movimento estudantil passou a bloquear ruas e avenidas em diferentes pontos da capital paulista. Policiais militares agrediram os jovens envolvidos e houve detenções. Foram 208 escolas e duas diretorias de ensino ocupadas, segundo levantamento da Apeoesp.

Vazamento. As interdições de vias ocorreram após vazamento de gravação de reunião realizada no dia 29/11, entre o chefe de gabinete da Secretaria Estadual de Educação (SEE), Fernando Padula Novaes, e dirigentes de ensino. O áudio registra momentos em que Padula fala em “isolar” e “desmoralizar” o movimento dos estudantes, por meio da organização de “ações de guerra” (veja em <https://goo.gl/d2CXkj>).



Daniel Garcia

Ocupações derrotaram “reorganização”. Na imagem: E.E. Fernão D. Paes

A primeira das “ações de guerra” foi a publicação, em 1/12, de decreto de Alckmin que autoriza a SEE a transferir professores ou funcionários, quando as escolas estaduais deixarem de atender um ou mais ciclos de ensino, ou quando passarem a atender novos ciclos (<http://goo.gl/mKUAeH>).

Em 3/12, o Ministério Público Estadual (MPE) e a Defensoria Pública do Estado anunciaram o ajuizamento de uma ação civil pública

que pede a suspensão da reorganização escolar.

O professor João Zanetic, membro do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) da Adusp, considera que os pretendidos fechamentos das escolas decorreriam “da diminuição de recursos que o governo aplica em educação” e que o governo “não apresentou justificativas pedagógicas para o estabelecimento de ‘ciclos’ únicos nas escolas”.

Professoras e pesquisadoras criam rede “Não cala USP” contra abusos sexuais e de gênero

“As denúncias sobre a ocorrência de violência sexual e de gênero na Universidade de São Paulo têm aumentado. A situação é muito grave. A ineficiência dos mecanismos de apuração e punição dos casos e a falta de proteção às vítimas são inaceitáveis. Para enfrentar o problema, constituímos a Rede de Professoras e Pesquisadoras pelo Fim da Violência Sexual e de Gênero na USP. A Rede é composta por cerca de 200 professoras e pesquisadoras de 23 unidades da USP”.

Assim se inicia o texto que será amplamente distribuído na universidade, nas próximas semanas, e que chama atenção para uma questão que ganhou enorme visibilidade em 2014, mas que continua sendo minimizada pelos dirigentes da USP. A iniciativa de criar uma rede de mulheres para combater os abusos sexuais e de gênero é inédita na universidade.

“Desde sua fundação, em 23 de abril de 2015, funcionamos de forma independente, autônoma e auto sustentada”, explica o folheto. “Nosso objetivo é o reconheci-

mento da violência sexual e de gênero como problema importante no contexto da vida universitária, que demanda ações de toda a comunidade e efetividade dos mecanismos institucionais”.

Acolhimento. O texto elenca as ações que têm sido promovidas pela rede “Não Cala USP”: de educação e sensibilização, buscando o reconhecimento e enfrentamento da violência sexual e de gênero; criação de espaços de escuta, acolhimento e encaminhamentos para pessoas que sofrem e denunciam violência sexual e de gênero; elaboração de contribuições de aperfeiçoamento dos regulamentos e mecanismos institucionais que levem à responsabilização dos agressores; estímulo à criação de redes de solidariedade e à organização das mulheres.

“As maiores universidades do mundo estão se mobilizando para enfrentar a violência sexual e de gênero”, afirma o folheto. “É chegada a hora de a administração universitária uspiana incorporar

plenamente o enfrentamento desses problemas como parte essencial de sua função educacional e cultural, baseando-se nos saberes produzidos por suas professoras e pesquisadoras e também por seus professores e pesquisadores”.

Contudo, adverte o texto, a construção de um ambiente democrático que não tolere violências e abusos sexuais e de gênero “é também responsabilidade de todos os membros da Universidade: docentes, funcionários e estudantes”. Reconhecer a violência e discuti-la abertamente, acrescenta, “é o início da construção de uma realidade acadêmica que respeite plenamente os direitos humanos”.

Estupros. O folheto apresenta dados impressionantes. Segundo o Mapa da Violência 2015, entre 2003 e 2013 o número de mulheres mortas em condições violentas registrou um aumento de 21%. Somente em 2013 foram registradas 4.762 mortes de mulheres (13 homicídios femininos por dia). Quanto à violência sexu-

al, a pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) estima que 527 mil pessoas são estupradas por ano no Brasil. Dos casos atendidos no SUS, 88,5% das vítimas eram do sexo feminino.

Universidades apresentam problemas graves de violência sexual, em todo o mundo. Nos EUA, calcula-se que 30% das alunas tenha sofrido algum tipo de abuso sexual ao final da graduação. No Brasil, dados de 2014 indicam que 3 em cada 5 jovens mulheres já sofreram violência em relacionamentos afetivos.

“Nos últimos anos, houve na USP casos de estupro planejados (a vítima foi dopada e abusada por colegas) e casos de estupro em que os agressores abusaram de colegas que não podiam reagir por estarem dormindo, alcoolizadas ou tendo feito uso de outras drogas”, registra o folheto. “A universidade ainda tem problemas de assédio sexual entre professores e alunas, além de denúncias de machismo, racismo e homofobia nas salas de aula e outros espaços de convivência”.

PRCEU finalmente realiza Seminário sobre direitos, mas “desconvida” Adusp e Sintusp

O seminário “Universidade Responsável: Educação dos Direitos e a Construção da Cidadania”, organizado pelo Núcleo dos Direitos da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão (PRCEU) e agendado para 24 e 25/8, foi cancelado às pressas sem explicação satisfatória. Em 4/12, o evento foi finalmente realizado. O nome passou a ser “Universidade Responsável: Perspectiva Acadêmica” e a PRCEU suprimiu da programação a participação dos representantes da Adusp e do Sintusp.

Quando da repentina “suspensão” do Seminário, em 22/8 (sábado imediatamente anterior), a pró-reitora Maria Armanda Arruda e o professor Rubens Beçak, coordenador do Núcleo de Direitos, alegaram, no ofício circular 104/2015 da PRCEU, que “alguns dos nossos convidados para as mesas de debate cancelaram suas participações às vésperas do evento e, assim, o número de participantes que temos agora confirmados já é insuficiente para justificar a realização do evento tal como planejado”, e pro-

meteram o reagendamento do seminário “para novas datas, as quais serão comunicadas em momento oportuno” (<http://goo.gl/1a3dxm>).

A Adusp enviou ofício à PRCEU, manifestando sua estranheza diante do ocorrido. Beçak respondeu dizendo partilhar das preocupações da Adusp. A nova programação do evento, contudo, deixa claro que uma das razões do cancelamento pode ter sido impedir a participação das entidades que fazem oposição à política da gestão M.A. Zago-V. Agopyan, além de reformatar o evento, dando-lhe uma característica mais institucional.

Prova disso é que o seminário deixou de ter o nome inicialmente programado, cujo teor remetia para um debate mais próximo da agenda dos movimentos sociais.

Retirada. Adusp e Sintusp haviam sido convidados e aceitaram participar do Seminário na data originalmente prevista, 24/8. A primeira mesa, “O Ensino na USP

e os Direitos Humanos: a Transversalidade da Diversidade e dos Direitos nos Programas de Ensino”, teria como debatedores os professores César Minto (FE), presidente da Adusp; Dilma de Melo Silva (ECA); Guilherme de Assis Almeida (FD), presidente da Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós-Graduação (ANDHEP); José Ricardo Mesquita Ayres (FM); Marcelo Cândido da Silva, pró-reitor adjunto de Pós-Graduação.

Na programação de 4/12 esta primeira mesa foi mantida, porém sem contar com a participação de representante da Adusp, que deixou de ser convidada.

A Adusp preparou-se para o evento de agosto e elaborou uma breve comunicação, pontuando o tema dos direitos humanos e avaliando criticamente a postura da USP nos vários âmbitos de sua atuação. Impedidos de compartilhar seu posicionamento, sobretudo com a administração geral, a íntegra do texto pode ser lida em (LINK).

A mesa seguinte, “Os Direitos na USP: enfrentando casos de violação de direitos, assédio moral e sexual, violência, racismo, machismo, homofobia e outros”, prevista para 24/8 à tarde, propunha-se a discutir “como o conhecimento científico produzido dentro da Universidade pode trazer reflexões e ações efetivas para a reversão desse processo”.

Os debatedores seriam Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer (FFLCH), ex-titular da Superintendência de Prevenção e Proteção Universitária (SPP); José Antonio Visintin, superintendente da SPP e diretor da FMVZ; Neli Paschoareli Wada, diretora do Sintusp; Valmor Augusto Tricoli, presidente do Conselho Gestor da Prefeitura do Campus da Capital e diretor da EE-FE; Vitor Blotta (ECA), pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência e secretário executivo da ANDHEP.

Na programação atual do Seminário esta segunda mesa foi suprimida. Nenhum dos convidados que participariam dela foi incluído na nova programação.

Cai veto à “PEC da bengala”

O Congresso Nacional derrubou em 1º/12 o veto presidencial à elevação para 75 anos a aposentadoria compulsória de todos os servidores públicos. A medida recebeu grande apoio de deputados e senadores, que reverteram o veto com larga vantagem. No Senado, foram 64 votos contra o veto e apenas dois para mantê-lo. Na Câmara, 350 contra e 15 a favor.

Em maio/15, o Congresso promulgou a EC 88/15, a “PEC da Bengala”, elevando para 75 anos a idade para a aposentadoria compulsória dos ministros do STF, dos demais tribunais superiores e do TCU.

Em seguida, o Congresso estendeu o novo limite a todo o serviço público. Contudo, a presidente Dilma alegou que o tema era de iniciativa privativa da Presidência e barrou a proposta, que agora terá de promulgar.

Com isso, os docentes que estão em vias de completar 70 anos e que já tenham pedido a aposentadoria, se desejarem, devem manifestar-se junto ao respectivo departamento pessoal e requerer o cancelamento do pedido de aposentadoria para manter-se na ativa.

Morre Judith Klotzel, ex-presidente da Adusp

Faleceu em 30/11 a professora Judith Kardos Klotzel, do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB-USP), primeira mulher a presidir a Adusp (1985-1987). Judith notabilizou-se por sua intensa militância sindical, antes mesmo de assumir a presidência da entidade.

Envolveu-se na luta pela anistia, durante a Ditadura Militar, tendo participado do Comitê Brasileiro de Anistia (CBA) como representante da Adusp, desde sua formação.

Na visão de Judith, o exercício da política era um atributo da cidadania, digno de orgulho. “Participei ativamente de quase todas as atividades do CBA São Paulo”, declarou ela em depoimento à Fundação Perseu Abramo (FPA) em 2006. “Os anos de luta pela anistia, assim como as atividades posteriores, recepção de anistiados em aeroportos, conquista de anistia para os cassados e presos políticos, apoio à greve dos metalúrgicos do ABC etc., constituí-



ram durante vários anos a minha atividade prioritária, quando frequentemente descuidava das atribuições como professora da USP, sendo advertida pelos meus colegas que eu estaria me prejudicando profissionalmente”.

Significativa. A professora considerava sua participação na luta pela Anistia como “a parte mais significativa” de sua vida, excetuando-se a família, e “a contribuição mais importante” para a sociedade em geral. “Esta atividade significa mais do que os aproximadamente 50 trabalhos científicos que publiquei

em revistas nacionais e estrangeiras, as mais de 12 teses de mestrado e doutorado orientadas”, registrou no seu depoimento à FPA. “A luta pela anistia fez com que eu crescesse e amadurecesse política e pessoalmente”.

Em 2006, por ocasião do evento comemorativo do trigésimo aniversário da Adusp, Judith compareceu ao ICB-3 e integrou a mesa ao lado de ex-presidentes da entidade: os professores Antonio Candido, Crodwaldo Pavan, Francisco Miraglia, José Jeremias Filho e Modesto Carvalhosa, além do então presidente, professor César Minto.

Na ocasião, Judith relatou as dificuldades enfrentadas com a repressão ditatorial e com o reitor Hélio Guerra. “Escondi várias pessoas, líderes estudantis, que ficaram na minha casa”, contou a professora, que destacou a participação da Adusp no movimento sindical (<http://bit.ly/107yyq7>).

Congregação do IP reitera solidariedade a Gabriel e manifesta apoio ao Condepe

Em 23/11, o Grupo de Trabalho em Direitos Humanos da Adusp (GT-DH) discutiu o caso de Gabriel Scarcelli em reunião aberta da Congregação do Instituto de Psicologia (IP), com expressiva participação de estudantes, funcionários técnico-administrativos e docentes. Gabriel é filho da professora Ianni Scarcelli, do IP.

Preso desde junho no Centro de Detenção Provisória IV de Pinheiros (CDP IV), Gabriel é acusado de participar de uma quadrilha de roubo de carros. Ele foi capturado pelo delegado Kleber Massayoshi Isshiki, da Polícia Federal (PF), em ação juridicamente questionável, e depois teve prisão preventiva decretada pela Justiça Estadual.

A professora Adriana Marcondes, do GT-DH, apresentou o caso aos presentes e leu texto que lembra não ser Gabriel o “único nessa situação injusta e repleta de irregularidades”. Ela elogiou a Congregação por realizar uma reunião aberta, já que tal iniciativa permite “socializar fatos, compreender a produção de algo, fortalecer a rede que se debruça sobre essas e tantas outras problemáticas de nosso tempo”.

O professor José Moura Gonçalves Filho, também do GT-DH, leu a defesa feita pelo advogado Luiz Eduardo Greenhalgh no julgamento do pedido de *habeas corpus* em favor de Gabriel, em 5/11, no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP).

Greenhalgh caracterizou a prisão de Gabriel como “ato de exceção”, já que o normal “é a pessoa

responder em liberdade [...] em submissão ao princípio da presunção de inocência”, lembrando que o reconhecimento de Gabriel pelas vítimas ocorreu “sete meses depois do reconhecimento fotográfico e dois anos depois dos fatos”.

Moura também leu trecho da sustentação oral do procurador Luiz Antonio Marrey, que propôs ao TJ-SP que fosse aceito o pedido de *habeas corpus* para que Gabriel pudesse responder às acusações em liberdade, classificando a investigação feita pela PF como “anômala”, “ilegal” e “abusiva”.

A professora Vera Paiva, que integra o Conselho Nacional de Direitos Humanos, apontou que no Brasil existe “um Estado de Exceção dentro do Estado Democrático”, afirmando a importância da presença de movimentos sociais na luta contra as arbitrariedades da justiça brasileira.

Socos. Luís Carlos dos Santos, do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe), informou à Congregação que o conselho está acompanhando a situação de Gabriel e outros casos “que envolvem a mesma violência que ele sofreu por parte do delegado da PF”. Uma testemunha do caso disse a Santos que sofreu tortura: “Sua residência foi invadida, ela foi colocada para fora de casa e disse que o próprio delegado da PF a agrediu com socos”.

O professor Luís Galeão, do GT-DH, comentou que o direito ao *ha-*



Professora Adriana Marcondes, do GTDH, fala durante a reunião aberta do IP

beas corpus é “sistematicamente violado pela tortura e pela prisão” e que o momento é de solidariedade com a maioria da população, que sofre os efeitos da mesma política que se abateu sobre Gabriel: “Política de encarceramento, da ideia de que tudo se resolve com prisão. O que estamos pedindo é que as pessoas não sejam presas antes de serem julgadas”.

No final dos debates, o diretor do IP, professor Gerson Tomanari, também se manifestou: “Não podemos mais ser expectadores da violação de direitos humanos. Temos que trazer para nós a responsabilidade pela criação de possibilidades de ação”.

A Congregação do IP aprovou moção em que manifesta apoio ao Condepe “em suas ações contra abusos e injustiças cometidas pela polícia brasileira, que desafiam a manutenção do Estado Democrático de Direito na investigação policial contra Gabriel Scarcelli”. O texto aponta como “absurda” a nomeação de Isshiki para conduzir o

inquérito policial, por ser vítima do crime investigado, contrariando “o princípio da imparcialidade”, e critica o decreto de prisão preventiva, por ausência de fundamentação.

No dia 26/11 ocorreu, no Fórum Criminal da Barra Funda, audiência de instrução e julgamento de processo contra Gabriel na 8ª Vara Criminal. Foram ouvidas quatro testemunhas de defesa e realizado o interrogatório do réu. Foram oferecidas alegações finais e a defesa pediu a absolvição de Gabriel por negativa de autoria do crime de roubo do qual é acusado. A promotora de justiça Fabiane Levy Foá, do Ministério Público Estadual, pediu a absolvição do réu por falta de provas.

Ao encerrar a audiência, a juíza Cynthia Maria Sabino Bezerra da Silva disse ter observado na ocasião detalhes não percebidos antes, e adiou a decisão, anunciando que iria analisar melhor o caso. Este é um dos três processos resultantes da atuação do delegado da PF contra Gabriel.

Fórum das Seis procura Alesp para debater teto salarial

O Fórum das Seis, que congrega as entidades sindicais e estudantis da Unesp, Unicamp, USP e do Centro Paula Souza (Ceeteps), enviou mensagem aos deputados estaduais paulistas, em 24/11/15, em que manifesta apoio à Proposta de Emenda à Constituição Estadual (PEC) nº 4 de 2007 e ao texto principal da PEC no 4 de 2008, que dizem respeito ao Teto Salarial do funcionalismo público estadual.

A PEC 4/2007 é a que melhor atende às reivindicações dos docentes do ensino superior estadual. Ela tem apenas dois artigos. O primeiro determina que o inciso XII do artigo 115 da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação: “XII – em conformi-

dade com o artigo 37, XI, da Constituição Federal, a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, os proventos, pensões e outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o limite único, no âmbito de qualquer dos Poderes, do Tribunal de Contas, do Ministério Público do Estado, dos Procuradores e dos Defensores Públicos, o subsídio mensal em espécie, dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal

Federal, não se aplicando o disposto neste inciso aos subsídios dos Deputados Estaduais.” O segundo artigo reza que a emenda entra em vigor na data da sua publicação.

Moralidade. “O apoio a estas emendas deve-se à nossa compreensão de que os proventos dos servidores públicos estaduais devem conter, na sua integralidade, todos os acréscimos decorrentes das eventuais vantagens inerentes à carreira. O estabelecimento de um limite a esses proventos é uma exigência do Estado democrático de direito no que diz respeito à moralidade pública. No entanto, não é razoável que ele desconsidere os acréscimos salariais de-

correntes de direitos historicamente consignados em lei”, diz a mensagem enviada à Alesp.

A fixação do limite em 90,25% (noventa inteiros e vinte e cinco centésimos) do subsídio mensal dos ministros do Supremo, vigente na maior parte dos Estados brasileiros, resguarda a moralidade pública e, ao mesmo tempo, salvaguarda a dignidade remuneratória do funcionalismo público. São Paulo é um dos poucos Estados da federação que ainda mantém como teto salarial do funcionalismo a remuneração do governador.

Foi agendada para 8/12 uma reunião entre o Fórum das Seis e o deputado Edmir Chedid (DEM-SP), que é um dos signatários da PEC 4/2008.